



## **Município de Lagoa Formosa**

*Praça Dona Filomena, 02 – Centro - CEP: 38.720-000*

CNPJ: 18.602.078/0001-41

TEL: (34)3824-2290, E-mail: licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br

Assunto: **Impugnação ao edital.**

Referência: **Análises impugnação - Pregão Presencial 029/2021**

A empresa MGDATA TECNOLOGIA LTDA solicitou a impugnação ao Pregão Presencial n.º 029/2021, conforme consta no anexo de nome "IMPUGNAÇÃO LAGOA FORMOSA.pdf"

### **RESPOSTA DO PREGOEIRO:**

Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamento técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Art. 30 (...) § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais, limitadas as exigências a:

I – **capacitação técnico-profissional:** comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de característica semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**

Desta forma, torna clara e cristalina a intenção do legislador em autorizar apenas a exigência de experiência, ou seja, através de atestado a comprovação de aptidão de capacitação técnico-profissional dos profissionais que integram os quadros permanentes das pretensas licitantes.

A própria Corte de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), nos autos do processo TC 6539/2013, delineou que combate de forma veemente a exigência de atestado de capacitação em nome da pessoa jurídica, vejamos:

"Nesse ponto sim, esclareça-se ao gestor, estamos tratando da exigência de comprovação de realização anterior de serviços pela empresa licitante, que tem encontrado amparo em decisões do TCU, porém vem



## ***Município de Lagoa Formosa***

*Praça Dona Filomena, 02 – Centro - CEP: 38.720-000*

CNPJ: 18.602.078/0001-41

TEL: (34)3824-2290, E-mail: [licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br](mailto:licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br)

sendo amplamente combatida pela equipe de engenharia deste TCE-ES (inclusive respaldada por decisões de outros Tribunais de Contas no Brasil) Ainda assim, os posicionamentos do TCU favoráveis a tal deformidade referem-se a itens que configurem, concomitantemente, relevância técnica e valor significativo, o que não se verificou neste caso."

Diante do exposto, não reconhecemos a presente impugnação, por não restar comprovado os requisitos de representatividade. Porém, reconhecemos ao mérito para negar-lhe provimento às razões apresentadas, mantendo assim inalteradas as cláusulas editalícias por estarem em estrito cumprimento da Lei 8.666/93, mantendo a realização da sessão na data e horário marcados.

Lagoa Formosa, 06 de agosto de 2021.

---

**Luiz Fernando Martins Costa**

Pregoeiro